

ECONOMIA E SOCIEDADE: LA BELLE ÉPOQUE E OS PRINCIPAIS FATORES DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO DO MODELO AGRO-EXPORTADOR ARGENTINO

George Henrique de Moura Cunha¹

Deborah Maria Lourenço da Silva²

Tito Belchior S. Moreia³

RESUMO

Este trabalho analisa o modelo agroexportador argentino e seus principais fatores, com foco entre 1880 e 1930, e está dividido em dois capítulos: a primeira parte examina a formação do Estado Argentino, sua modernização econômica e social, sua fase de grande crescimento, e ressalta os principais fatores do modelo agroexportador e o auge do período conhecido como *La Belle Époque*, iniciado no século XIX e compreendido no período de 1870 a 1913. A segunda parte pondera economicamente o período no início do século XX, os governos radicais, os conflitos sociais, o contexto internacional e a desaceleração do crescimento econômico, com a posterior decadência do modelo agroexportador.

Palavras-chave: Argentina; Modelo Agroexportador.

ECONOMY AND SOCIETY: LA BELLE ÉPOQUE AND THE MAIN DETERMINANTS OF THE DEVELOPMENT OF THE ARGENTINE AGRO-EXPORT MODEL

ABSTRACT

This paper analyzes the Argentine agro-export model and its main factors, focused between 1880 and 1930, and is divided into two chapters: the first part examines the formation of the Argentine State, its economic and social modernization, its phase of great growth, and stands out The main factors of the agro-export model and the peak of the period known as *La Belle Époque*, begun in the nineteenth century and comprised between 1870 and 1913. The second part economically weighs the period in the early twentieth century, radical governments, social conflicts, the international context and the deceleration of economic growth, with the subsequent decay of the agro-export model.

Key-words: Argentina; Agro-Export Model.

JEL: 013, N96, Q17,

¹ Doutor em Economia. Professor/pesquisador Universidade de Brasília. E-mail: georgehmc@outlook.com

² Bacharel em ciências econômicas pela Universidade Católica de Brasília.

³ Doutor em Economia. Professor/pesquisador Universidade Católica de Brasília, (061) 99976-3111. E-mail: tito@pq.cnpq.br ou titoeco@yahoo.com.br (autor correspondente)

1 INTRODUÇÃO

A história econômica da Argentina no século XIX apresenta uma economia que se especializou na exportação de produtos agrícolas e pecuários. A partir de 1870 até 1913 o crescimento da economia se deu de forma acelerada proporcionando uma renda per capita equivalente às principais economias desenvolvidas da época. Na tabela 1, de acordo com o trabalho de Cortés-Conde (1997) em 1899 a Argentina já aproximava seu PIB per capita de países como o Canadá e ultrapassava a Itália.

Tabela 1 – PIB per capita (a preços de 1970)

País	1875	1899	1913	1929
Argentina	334	946	1151	1542
Austrália	1588	1450	1941	1756
Canadá	631	1020	1466	1644
Itália	565	560	783	914
Inglaterra	1041	1386	1492	1608
Estados Unidos	826	1387	1815	2241

Fonte: CORTÉS- CONDE, R. La economía argentina em el largo plazo: ensayos de historia económica de los siglos XIX y XX. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.

O objetivo deste trabalho é tentar descrever os principais fatores que levaram ao desenvolvimento do modelo agroexportador argentino em um contexto na economia mundial durante a segunda fase da Revolução Industrial. Este período é conhecido na literatura como “*El Gran Apogeo*” ou “*La Belle Époque*”⁴. Considerada uma época de ouro, beleza, inovação e paz entre os países; a fase trazia invenções que faziam com que a vida se tornasse mais simples para todos os níveis sociais. Pode-se dizer que esta época foi marcada por transformações culturais intensas que demonstravam novas formas de pensar e viver.

A época é lembrada, na literatura, como era dourada, porque foi uma fase de grande desenvolvimento na Europa, favorecida pela existência de um longo período de paz. Países como a Alemanha, a França, a Itália dentre outros, aproveitaram para se desenvolver a nível econômico e tecnológico. Dentre os países da América

⁴ Esta expressão de origem francesa significa *bela época*, e representa um período de cultura cosmopolita na história da Europa.

Latina, a Argentina foi o país que mais se desenvolveu no final do século XIX e início do século XX. Na Argentina, o período de prosperidade econômica – *La Belle Époque* – contribuiu de forma significativa para a economia como um todo. Ressaltando os principais fatores, é possível analisar como estes levaram ao desenvolvimento do modelo agroexportador argentino e de que forma este contribuiu para o desenvolvimento econômico da época.

É interessante investigar como um país que podia ser comparado a potências econômicas da época, pôde experimentar uma rápida desaceleração no crescimento e atualmente é considerado um país subdesenvolvido. Lenz (2000) considera a história econômica argentina marcante no contexto econômico contemporâneo. Atualmente a Argentina é considerada subdesenvolvida e enfrenta os problemas de um país subdesenvolvido, porém no início do século XX a Argentina podia ser comparada a países ricos como Estados Unidos, Canadá e Austrália. Simultaneamente passou por uma queda em sua economia no século XX.

No século XIX, a Argentina integrou-se à economia mundial como economia primária exportadora. Produtos como trigo, linho, lã, couros e milho eram vendidos ao exterior. E no início do século XX agregou-se a venda de carne bovina, com isso os frigoríficos passaram a ser o setor mais dinâmico. De acordo com Bermúdez (2009) a Argentina desfrutou de sua boa localização geográfica e por isso vivenciou um longo desenvolvimento econômico permitindo o comércio com os demais países do mundo por meio da exportação. Exportando produtos primários a Argentina se destacou no cenário mundial produzindo cereais e carnes. Devido seu vasto território e seu solo fértil a Argentina ganhou consideráveis investimentos britânicos. Através da Campanha do Deserto, as zonas mais afastadas foram povoadas e houve a expansão de ferrovias e territórios.

Lenz (2000) ressalta que há um consenso na literatura indicando o ano de 1870 como o início dos anos dourados na economia argentina. Quanto à decadência, a autora afirma que há um ponto em comum na literatura. Alguns autores consideram a Primeira Guerra Mundial como o fim do período de crescimento argentino, outros consideram a Grande Depressão – 1929 – e há ainda os que datam o ano de 1930 como o fim do crescimento econômico argentino.

Para a realização deste trabalho serão coletados dados primários e secundários disponibilizados na literatura acessível. O trabalho será dividido em duas partes, além da introdução e considerações finais. A primeira analisará o período anterior à *Belle Époque*, compreendido no início do século XIX estendendo até meados do mesmo século. A segunda parte abrangerá a etapa de grande crescimento econômico que ficou conhecido como *El Gran Apogeo*, ocorrido nos anos de 1870 a 1913. Além da ponderação econômica e social dentro do contexto internacional da época. Esta segunda parte apresentará também a desaceleração do crescimento econômico argentino e sua posterior decadência.

2 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E A INSERÇÃO NA ECONOMIA INTERNACIONAL (1880-1912)

2.1 A formação do Estado argentino

Para analisar a Economia Argentina no período de 1880 a 1930 é necessário conhecer as principais características da época. Esta ficou conhecida como La Belle Époque – e contribuiu de forma significativa para a economia como um todo. Ressaltando os principais fatores, é possível analisar como estes levaram ao desenvolvimento do modelo agroexportador argentino e de que forma este contribuiu para o desenvolvimento econômico da época. Diversos fatores tanto externos como internos contribuíram para o processo de formação do Estado Argentino. Dentre as características externas estão a expansão do capitalismo industrial na Europa, a demanda crescente de alimentos e matérias-primas como couro, lã, carne, cereais, etc. e a revolução tecnológica nos transportes e meios de comunicação.

Moreno (1989) explica que os fatores internos foram tanto econômicos, como sociais e políticos. A Argentina possuía uma vantagem comparativa devido as suas terras adequadas para produzir exatamente as matérias primas e os alimentos que a Europa demandava crescentemente na época. Outra característica foi a escassez de mão-de-obra suprida pela força de trabalho imigrante, além das condições políticas alcançadas até a época de 1880.

No início do século XIX, muitas terras argentinas ainda estavam vazias. Segundo Cortés-Conde (2002), a região dos Pampas era uma dessas terras que estavam vazias, foram povoadas e também estavam sendo cultivadas. Formaram-se

zonas rurais e posteriormente cidades e uma extensa malha ferroviária. O mesmo autor afirma que em 1914 a malha ferroviária permitiu o deslocamento da população para o interior do país e permitiu também desenvolver um mercado de fatores de produção e de mercadorias a nível nacional. Também houve a construção de portos para facilitar a entrada e saída de pessoas e mercadorias, o que impulsionou a construção urbana.

A expansão ferroviária foi outro fator importante que contribuiu, além da redução dos custos do transporte marítimo, aproximou a Argentina do mercado europeu; todos esses fatores atrelados ao capital disponível e mão-de-obra, favoreceram o crescimento econômico argentino no século XIX, além da reorganização da produção. Segundo Hora (2010), a expansão das ferrovias argentinas teve lugar em dois momentos de destaque. O primeiro em 1880 e o segundo em 1900. Em 1914 o país já contava a malha ferroviária mais extensa da América Latina e uma das maiores do mundo. O mesmo autor afirma que entre 1880 e 1914 o sistema ferroviário cresceu a uma taxa anual superior a 8%. Essa rápida expansão dos trilhos se explica em partes pelo investimento que demandou sua construção se encontrava dentre os mais baixos do mundo, calculada pelo custo de cada quilômetro de via. Ferns (1973) analisou por província o crescimento das ferrovias argentinas, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento das ferrovias argentinas, 1870-1890 (comprimento da pista em quilômetros)

Província	1870	1875	1880	1885	1890
Buenos Aires	326	649	1.070	2.297	3.135
Santa Fe	300	300	300	450	2.266
La Pampa	-	-	-	-	-
Córdoba	200	561	730	889	1.123
Santiago Del Estero	-	-	-	191	500
Catamarca	-	189	189	189	362
Tucumán	-	-	128	128	361
Salta	-	-	-	-	144
Jujuy	-	-	-	-	-
La Rioja	-	-	-	153	153
Entre Ríos	10	115	115	115	412
Corrientes	-	50	50	56	120
San Luis	-	35	35	216	327
Mendoza	-	-	-	243	243
San Juan	-	-	-	84	84
Rio Negro	-	-	-	-	-
Chubut	-	-	-	-	70
Total	836	1.899	2.617	5.011	9.300

Fonte: Zalduendo, E. Las inversiones británicas para la promoción y desarrollo de ferrocarriles en el siglo XIX. Buenos Aires, 1969 apud FERNS (1973).

Bermúdez (2009) afirma que até a década de 70 do século XIX, a Argentina exportava produtos como couro, lã e sebo, estes produtos eram a base do crescimento econômico argentino na época. Outros setores como carne, milho e trigo tiveram destaque após 1870, o que favoreceu ainda mais o desenvolvimento econômico. A partir de 1900 o trigo e o milho começam a ganhar destaque nas exportações, chegando a ultrapassar os valores de exportação da lã, couro e carne salgada.

Como pode ser observado na tabela 3, Díaz Alejandro (2001) verificou que o mercado da lã liderava nas exportações, em seguida o couro e a carne salgada. Bermúdez (2009) explica que produtos como lã, couro e sebo eram a base do crescimento econômico argentino. Produtos como manufaturados de ferro e aço, têxteis e alimentos foram algumas das inovações nas importações.

Tabela 3 – Estimação dos valores das exportações (médias anuais em milhões de pesos ouro, a preços de 1910-1914)

Produtos	1875-79	1880-84	1890-94	1900-04	1910-14
Lã	34,1	41,3	52,7	66,7	51,9
Couro em geral	24,6	22,5	35,6	35,6	44,0
Carne salgada	5,3	3,6	6,6	2,8	1,1
Carne ovina resfriada e congelada	0	0	3,5	9,7	8,9
Carne bovina congelada	0	0	0,1	10,6	49,7
Carne bovina resfriada	0	0	0	0	4,3
Carne enlatada	0	0	0,6	0,5	3,0
Trigo	0,2	1,2	28,1	55,1	78,1
Milho	0,3	1,3	6,0	34,4	72,4
Linho	0	1,2	3,6	32,2	41,0
Aveia, cevada e centeio	0	a	a	0,5	14,6
Extrato de madeira	0	0	a	0,7	4,9
Rolo de madeira	0	0	0,7	3,3	5,0
Total	64,5	71,1	137,5	252,1	378,9

^a valores inferiores a 0,1 milhão

Fonte: Díaz Alejandro (2001).

Lenz (2006) em um de seus artigos, não deixa de citar o período favorável para o crescimento argentino, fruto da imigração, ocupação de terras férteis, criação de uma malha ferroviária, além dos investimentos estrangeiros que facilitaram a incorporação da Argentina ao mercado externo, ajudando nas exportações. Além desses fatores, houve um progresso técnico que marcou a participação da Argentina no mercado internacional, dando a ela um lugar de destaque no cenário mundial.

Segundo Moreno (1989), a respeito das condições políticas da época, o país estava organizado em um regime federal. Foram firmadas bases políticas sólidas para a condução dos assuntos do governo a partir de um habilidoso direcionamento de uma democracia limitada e de uma ordem social juridicamente baseada em um ortodoxo liberalismo.

Os fatores que contribuíram para a formação da Argentina moderna mostram um crescimento notável registrado no período. A Argentina passou a ser um dos maiores abastecedores de milho do mundo, o principal exportador de linho, de carnes resfriadas, congeladas e em conserva, de aveia e um dos mais importantes exportadores de trigo e farinha de trigo. Os capitais estrangeiros entraram em grande proporção na Argentina. Os pontos centrais dos investimentos, principalmente do capital de origem britânico, eram em Ferrovias, transportes,

serviços urbanos e frigoríficos. A Argentina era o centro dentro dos investimentos britânicos no exterior.

O rápido crescimento experimentado pela Argentina permitiu um período de forte acumulação, nunca antes conhecido e provavelmente o mais marcante de toda a história econômica argentina. Outros processos anteriores contribuíram também para esse crescimento. Como por exemplo, o ciclo da lã, dos bovinos, etc. De acordo com Moreno (1989), a teoria mais aceita para falar dos pontos positivos e mascarar os pontos negativos era de que a classe dos latifundiários não somente era a principal beneficiada como também a condutora de quase todos os processos e, em especial aos ocorridos a partir de 1880.

Buenos Aires não era somente o porto que monopolizava as importações e exportações, era também ponto desemboque da produção pecuária da área de influência, no momento de plena expansão econômica. Neste período, a Argentina passa de produtora quase exclusiva de produtos pecuários e importadora de manufaturas para a posição de graneiro internacional e o mercado principal do capital financeiro britânico.

O encerramento dos conflitos internos favoreceu a entrada de capital financeiro estrangeiro, sendo a maior parte britânico, e se alocou nos principais setores da economia como as ferrovias, o transporte, os serviços urbanos de comunicação e o comércio exterior. O Estado na época contraiu vários empréstimos britânicos. Moreno (1989) explica que todo o processo de dependência e integração crescente da economia caracteriza a economia argentina como economia primária exportadora.

O Governo assegurava como Patrimônio Nacional os benefícios dos investimentos. Não somente assegurava a liberdade na movimentação de capitais e pessoas, como também as ferrovias. Neste período, afirma Moreno (1989) que a enorme abundância de capitais destinados à construção de estradas de ferro é uma das características mais importantes da época.

As estradas de ferro funcionavam como ligação dos portos, cujo principal era o porto de Buenos Aires. A produção de cereais e a pecuária ficavam à disposição dos mercados europeus através deste porto. Como consequência da garantia das ferrovias por parte do governo, a partir da década de 80, houve a expansão de

cereais e a atração de muitos imigrantes europeus. Esta atração de imigrantes deveu-se ao fato da disponibilidade de recursos e da oferta de trabalho.

O desenvolvimento econômico que foi atribuído primeiro ao capital externo e à imigração aumentou a produção e se tornou exportação. Com isso, desenvolveram outras especialidades. O sistema ferroviário aumentou o mercado interno para os produtos como o açúcar, vinho, tabaco, dentre outros. Estas pequenas indústrias começaram a ganhar maiores proporções no início do século XX. Moreno (1989) sintetiza que o resultado da ação do Estado no campo econômico durante o período de 1880 foi de modernização nas estruturas além de impulsionar o desenvolvimento baseado em recursos agrários e industriais. Neste período a maior parte das terras férteis estavam em mãos privadas e concentradas em pouquíssimas mãos.

A entrega de terras públicas se deu de forma massiva para atender às necessidades do fisco e para cobrir parte do déficit da época. Não houve um controle por parte do governo para controlar a entrega das terras públicas. Além disso, houve uma desigualdade na distribuição pois setores sociais distintos concorriam sendo que na prática quem realmente se beneficiou, anteriormente já havia sido beneficiado. Estes foram alguns fatores da estrutura latifundiária que gerou a divisão de terras concentrando-as em poucos proprietários.

A oferta da mão de obra estrangeira e a disponibilidade de mercados para alocar excedentes fizeram com que houvesse uma extensão dos cultivos. Dessa forma, a agricultura complementava a criação de gado. Um dos fatores que aumentou o plantio das sementes de trigo e milho foi o sistema de rotação de cultivos, sendo o agricultor obrigado a entregar os campos com a alfafa já destinada para a cria e a engorda dos bois.

A elite dirigente defendia a ideia generalizada sobre a participação dos produtos argentinos no mercado mundial, de acordo com Moreno (1989) em um mercado internacional de “livre concorrência” os produtos agropecuários eram favorecidos pela teoria dos custos comparativos. Como consequência, o Estado estabelecia as condições gerais para essa livre concorrência e participava o mínimo possível nos mecanismos concretos da produção.

Na mesma época, em 1880, se iniciaram na Argentina os primeiros frigoríficos. Isso estimulou a exportação de carne bovina e ovina. E com o avanço da técnica frigorífica, em poucos anos, se iniciou o embarque de ovinos congelados para

Europa. Diminuindo assim, a exportação da lã, que antes era um dos produtos mais importantes da exportação argentina. Segundo Moreno (1989), os frigoríficos liderados pelo capital britânico criaram uma demanda de animais de qualidade, o que permitiu abrir setor bovino um mercado mais amplo e em contrapartida mais exigente. Acelerando dessa forma o processo de miscigenação de raças bovinas. A ação do Estado sempre esteve por trás do processo da criação de gado na época dos frigoríficos. Toda a política do Estado Nacional nesse período favoreceu mais aos interesses agropecuários para colocar no mercado os produtos em condições amplamente competitivas.

2.2 O Estado: modernização econômica e social

A fase de modernização na Argentina foi marcada pela aceleração e aumento das mudanças iniciadas com industrialização dos países centrais. Esta etapa tem seu término com a Crise de 1929, devido à forte detenção de capital que desorganizou todo o cenário mundial e modificou todo o processo de desenvolvimento que ocorria nas nações periféricas. De acordo com Hora (2010) a Argentina se converteu em um dos grandes exportadores mundiais de alimentos, diferente do que havia ocorrido com a exportação da lã e do couro.

Na segunda metade do século XIX as economias europeias se transformaram através da aceleração dos processos de industrialização e urbanização. O crescimento da produção manufatureira junto com o aumento da renda per capita e do tamanho da população urbana elevaram a demanda de matérias-primas e alimentos, com isso obrigaram as economias do Atlântico Norte a alargar o raio e a importância de suas fontes de abastecimento externo, complementando ou substituindo a produção interna.

A produção industrial que até então não estava em todos os setores da economia, se desenvolveu como modo de produção dominante, principalmente na Europa Ocidental e Estados Unidos, fortalecendo assim o núcleo dos países centrais. Segundo Rofman e Romero (1973) uma das mudanças que acompanharam o desenvolvimento industrial foi o aumento da população e/ou a transferência de grandes massas da atividade agrícola para a produção industrial. Isso provocou fora os excedentes demográficos, que necessitavam migrar, um aumento na demanda

de alimentos, que se juntou à crescente demanda de matérias-primas para a indústria.

De acordo com a tabela 4, Rofman e Romero (1973) verificaram que a população urbana cresceu a partir de 1895 que até então apresentava um menor percentual com relação à população rural. Em 1914 a população urbana já chegava a mais de 50% do total da população, enquanto a população rural diminuiu drasticamente, não atingindo 50% da população. Segundo os autores, essa migração do campo para as áreas mais urbanizadas se deveu à imigração massiva que modificou profundamente a estrutura demográfica do país. Houve uma duplicação da população e com forte predomínio de estrangeiros.

Tabela 4 – População urbana e rural (distribuição percentual segundo os censos nacionais argentinos)

Ano	Urbana	Rural
1869	28,6	71,4
1895	37,4	62,6
1914	52,7	47,3

Fonte: Censos Nacionales de 1869, 1895 y 1914 apud Rofman e Romero (1973).

Ainda de acordo com Rofman e Romero (1973) fez-se necessário que os países centrais organizassem as economias primárias, produtoras de alimentos e matérias-primas para a exportação e consumidoras das manufaturas europeias. Em função destas mudanças, as áreas coloniais passaram a ser primordialmente produtoras, sendo retiradas em seu papel de mercado, até então dominante. Com isso, uma nova e importante função surgia nas áreas coloniais: receber os investimentos de capitais dos países centrais.

Devido às necessidades dos países centrais, a relação da Argentina com tais países foi modificada, acelerando o crescimento econômico e gerando uma transformação econômica. Com o seu papel de produtora de matérias-primas alimentícias, a Argentina foi favorecida com a região litorânea, zona apta para a produção, que já estava orientada para a atividade agrícola.

Do exterior, chegaram na Argentina grande quantidade de capitais e imigrantes. Estes vieram principalmente das Penínsulas Ibérica e Itálica e se

instalaram massivamente no litoral e nos centros urbanos portuários, segundo explica Rofman e Romero (1973). Graças aos investimentos local e estrangeiro, também ao funcionamento eficaz do governo, foi possível a rápida expansão litorânea, somados ainda à mão-de-obra estrangeira. Com a política restritiva para a entrega de terras fiscais, principalmente àquelas que foram tomadas dos índios com a Campanha do Deserto, houve uma dificuldade no uso das terras localizadas em zonas rurais, aumentando dessa forma, as estruturas de latifúndios.

Com respeito aos investimentos estrangeiros, especialmente o britânico, este não ficou diretamente nas atividades produtivas, mas ficou nas mãos dos investidores locais que gerenciavam este capital. Com exceção da infraestrutura dos transportes, como as ferrovias e os portos, o controle do sistema de comercialização e o financiamento do Estado Nacional, que eram gerenciados pelos investimentos do exterior.

Uma das grandes etapas do desenvolvimento da produção primária foi o desenvolvimento da agricultura e a criação dos frigoríficos. Ao mesmo tempo, houve o crescimento dos centros urbanos oriundo das atividades terciárias que surgiram, além da política de terras que estimularam o desenvolvimento de indústrias manufatureiras, que vieram a substituir, mais tarde, alguns produtos provenientes da importação.

A Argentina estava com saldo positivo na balança de pagamentos, devido à expansão sustentada pela produção e um crescimento constante do mercado externo. Foi possível, assim eliminar o déficit que possuía. Todo este processo de expansão econômica foi conduzido pelos proprietários de terras, que conservaram o controle do processo produtivo diretamente e modernizaram toda estrutura do Estado. Dessa forma, o crescimento econômico estimulou novos grupos sociais, como por exemplo: a classe média.

O método de produção argentino associado à vários fatores foi a peça chave para o desenvolvimento da economia exportadora. Como fatores lista-se: as terras aptas para atividade de produção, a concordância de seus produtos com os padrões exigidos internacionalmente e a organização do Estado. Segundo Rofman e Romero (1973), no processo expansivo que estava de desenvolvendo na Argentina, a

oligarquia que estava no plano político tinha como função de organizar o Estado Nacional para que a mesma pudesse atuar de fato sobre o já referido processo.

Como forma de organizar o Estado, foi consolidada a unidade nacional, colocando fim aos particularismos políticos locais e afirmando o poder do Estado, de acordo com Rofman e Romero (1973). Os mesmos autores aludem que essa unificação política se deu de forma paralela com a unificação econômica e a estruturação do mercado interior. O Estado Nacional utilizou a força militar usando como garantia de preservação da ordem interna para pacificar o país. A força militar do Exército foi utilizada também para expansão e defesa das fronteiras, ganhando terras dos índios e assegurando a divisão entre as classes dominantes. Rofman e Romero (1973) explicam que a política econômica adotada pelo Estado foi sistematicamente liberal, evitando qualquer tipo de interferência na atividade privada, exceto aos setores que não recebiam nenhum tipo de investimento privado. O Estado era um intermediador do investimento estrangeiro.

A modernização do Estado se deu de forma eficaz e ágil, mas mantendo seu controle íntegro nas mãos dos setores tradicionais, que resistiam à inovações e ampliação da participação política. Esta era de forma parca pois a grande quantidade de imigrantes agiam de forma marginal frente aos interesses políticos do país, de modo que por muito tempo se fazia indiferente a condução política para tais.

A classe dominante tinha como tarefa política fundamental conseguir um consenso do conjunto da população para os valores e objetivos do grupo dirigente. Divulgando através da educação e de periódicos, a elite tentava conscientizar toda a população e difundir seus princípios, estes podiam ser reduzidos a noção de progresso. Segundo Rofman e Romero (1973) a classe dominante tentava difundir a noção de progresso para, de certa forma, excluir a igreja da posição de possível rival dentro do contexto da sociedade civil.

Toda estrutura de poder possuía dois lados. Um deles era a relação de força dos setores dominantes internos, o outro era uma aliança com o poder metropolitano. A oligarquia governante da época recebia seu poder tanto do controle interno da produção como da sua capacidade eficaz para negociar com o exterior. Esta última característica assegurou que grande parte do excedente fosse enviado ao exterior. Dessa forma, o produtor local ficava como modesto e último elo de ligação em uma

longa cadeia de beneficiários. A situação gerou conflitos entre os produtores locais e os sócios externos.

Rofman e Romero (1973) citam como exemplo o ocorrido na crise de 1890, quando o centro do poder se deslocou dos produtores aos representantes locais dos centros mundiais de decisão (advogados, financiadores, intermediários), aflorando dessa forma nos próprios produtores a tentativa de oposição à dependência, porém incapazes e sem perspectivas. Assim, o poder local assumiu plenamente seu papel de agente veiculador das decisões externas; e o presidente Pellegrini decidiu como prioridade para o Estado quitar os serviços da dívida externa, em plena contração e dificuldade financeira que passara Argentina naquele momento.

A incorporação das classes médias se deu com o crescimento do setor primário exportador, que provocou uma expansão econômica global da sociedade. Com a diversificação do corpo social, apareceram novos grupos, alguns se incorporaram ao sistema de dominação, mais tarde daria início ao radicalismo. De acordo com Rofman e Romero (1973) a imigração massiva alterou profundamente a estrutura demográfica do país. A população foi duplicada em sua quantidade e houve uma forte presença de estrangeiros. Esta população se concentrou nos centros urbanos do Litoral, ressaltando a tradicional separação Interior- Litoral. A concentração da corrente migratória no Litoral aparece na tabela 5, deixando nítida a grande concentração de imigrantes nas zonas urbanas do país.

Tabela 5 – Distribuição geográfica da imigração via ultramar, 2ª e 3ª classes (porcentagem de imigrantes residentes em cada uma das zonas do país)

Zonas	1861-70	1891-1900	1911-20
Capital	33	34	27
Litoral	62	58	58
Noroeste	3	3	4
Nordeste	-	1	2
Resto do país	2	4	9
TOTAL	100	100	100

Fonte: BEYHAUT, G.; CORTÉS-CONDE, R. y Torrado, S. Inmigración y desarrollo económico, Buenos Aires, 1961 apud ROFMAN e ROMERO (1973).

Por outro lado, o setor primário ter se desenvolvido trouxe grandes modificações na estrutura ocupacional. O Estado nacional se estabeleceu e ampliou o setor burocrático, que anteriormente pouca relevância possuía, estendendo-se por todo o país. Segundo Rofman e Romero (1973), o processo de expansão, diversificação da sociedade e o surgimento da classe média foi caracterizado por sua heterogeneidade e por seu ponto em comum: sua condição marginal em um sistema político que mantinha todas as características tradicionais – apesar da ação modernizadora que em outros campos desenvolveu a oligarquia – o que lhes impedia totalmente a possibilidade de incorporação.

Desde a metade do século XIX, a Argentina iniciou o recebimento de um sustentado fluxo de capitais europeus, que se intensificou no período entre 1880-1914, e posteriormente veio a decair durante a I Guerra Mundial e retornou na década de vinte. A tabela 6 mostra o crescente volume de investimentos estrangeiros, porém um crescimento sustentado, como foi de 1901 a 1903, 1.260 milhões de pesos argentinos; de 1904 a 1907, 2.583 milhões de pesos, de 1908 a 1909, 3.276 milhões de pesos, de 1910 e 1911, 4.662 milhões de pesos. Cada vez mais os investimentos estrangeiros brutos cresciam, chegando a 4.910 milhões de pesos argentinos no ano de 1914, conforme a tabela citada por Rofman e Romero (1973).

Tabela 6 – Investimentos estrangeiros brutos no período 1900-1914 (milhões de pesos, ano 1950)

Ano	Milhões de pesos
1901	1.260
1902	1.260
1903	1.260
1904	2.583
1905	2.583
1906	2.583
1907	2.583
1908	3.276
1909	3.276
1910	4.662
1911	4.662
1912	4.725
1913	4.725
1914	4.910

Fonte: CEPAL, Análisis y proyecciones del desarrollo económico de la Argentina, México, 1957 apud ROFMAN e ROMERO (1973).

Desde o princípio houve uma clara divisão de funções entre os investimentos estrangeiros e os investimentos locais. Estes eram voltados para empréstimos ao Estado, criação de uma infraestrutura e posteriormente ao investimento direto, que ficava a cargo dos investidores locais. Estes investimentos provinham principalmente da Grã-Bretanha, durante o século XIX, que em 1900 totalizavam 4/5 partes dos investimentos estrangeiros. Com a competição Inter imperialista, que mais tarde refletiu na Argentina, apareceram capitais alemães e norte-americanos após a guerra e até 1930. A influência dos americanos se acentuou, opondo-se mais tarde com os britânicos pelo controle dos frigoríficos.

De acordo com Lenz (2006), em 1890 ocorreu uma crise externa, financeira e bancária evidenciando que o crescimento econômico argentino já apresentava suas limitações. Dois motivos desencadearam a crise bancária: o primeiro se deu por parte dos investidores ingleses que não confiaram nos títulos e papéis argentinos, pois o governo tinha grande dificuldade para cumprir com suas obrigações financeiras, além do tamanho da dívida externa argentina; esta recaía principalmente sobre as exportações que tinham seu desempenho afetado pela queda dos preços internacionais, caracterizando o segundo motivo. Ocorreu uma desordem monetária e o aumento da dívida externa, que juntos encaminharam uma quase paralisação da economia argentina. Esta situação teve de ser controlada pelas autoridades do Estado. Caracterizou-se uma crise endógena e de caráter financeiro, afetando o modelo de crescimento econômico do país. A autora explica em sua obra que a Argentina finaliza seu período da *Belle Époque*, sem importar sua fase de sobrevivência na década de 1920.

Na tabela 7, Rofman e Romero (1973) evidenciam em seus estudos o volume dos investimentos britânicos na Argentina. De acordo com Hora (2010) o investimento estrangeiro sofreu um grande impulso no início da década de 1880, quando os processos de longo prazo vinculados com a expansão do mercado de capitais europeus se combinaram com circunstâncias específicas que tornaram a Argentina muito atrativa aos olhos dos investidores internacionais. Dentre as circunstâncias o mesmo autor cita em sua obra:

Entre estas últimas se destacaba, junto a las oportunidades ofrecidas por la vasta reserva de tierra fértil de la región, el cambio cualitativo en la seguridad jurídica para la inversión externa que se produjo a partir de la consolidación del estado nacional (HORA, 2010, p.170).⁵

Tabela 7 – Capitais estrangeiros investidos na Argentina em 1926

Países	Milhões de dólares
Grã-Bretanha	2.100
Estados Unidos	600
França	425
Alemanha	375
Holanda	150
Bélgica	135
Espanha	60
Suécia-Noruega	25
Itália	25
Outros	15
TOTAL	3.910

Fonte: SOMMI, V. Los capitales alemanes en Argentina, Buenos Aires, 1949 apud ROFMAN e ROMERO (1973).

Segundo Rofman e Romero (1973), os capitais alemães investidos na Argentina chegaram, em 1918, ao montante de 250 milhões de dólares. As principais empresas alemãs radicadas na Argentina foram a Companhia Telegráfica e Telefônica do Prata, 1887, la Brassarie Argentine Quilmes, 1889, e o Banco Alemão Transatlântico, 1893. De acordo com os autores, as empresas alemãs possuíam o monopólio da eletricidade e ao iniciar a guerra os investimentos germânicos alcançavam aproximadamente 500 milhões de pesos em moeda nacional. Já as empresas norte-americanas, várias delas, se instalaram na década de vinte. As firmas mais conhecidas são: Standard Electric, General Electric, Chrysler, General Motors, IBM, Sylvania, RCA Victor e Colgate-Palmolive, se dedicaram preferencialmente na intermediação ou fornecimento de bens de consumo importados, sejam eles duráveis ou não.

Os investimentos estrangeiros se estabeleceram em sua quase totalidade na região dos Pampas, tendo como objetivo final estimular a produção agropecuária.

⁵ Hora (2010) se refere às circunstâncias específicas que juntas com os fatores já citados tornaram a Argentina muito atrativa aos olhos dos investidores internacionais. O autor destaca: “junto às oportunidades oferecidas pela ampla reserva de terra fértil da região, o câmbio qualitativo na segurança jurídica para o investimento externo que se produziu a partir da consolidação do estado nacional”.

Isto graças às habilidades, os recursos naturais da região e a sua localização próxima dos portos de saída. Grande parte da aplicação de capitais britânicos se dirigiu aos empréstimos estatais, às obrigações hipotecárias e às ferrovias e portos, através dos quais os investimentos operavam diretamente sobre a produção. Além disso, a aplicação dos capitais estrangeiros controlava também a comercialização e a elaboração primária – através dos intermediários cerealistas e dos frigoríficos – assim como as fontes de financiamento.

2.3 A indústria ao final do século XIX

Ao final do século XIX a sociedade e a economia argentina cresciam cada vez mais. Com a chegada de muitos imigrantes em busca de trabalho e melhores condições, os centros urbanos se desenvolviam. O mercado das exportações também crescia o suficiente para cobrir a dívida das importações e do capital estrangeiro. Outro fator de grande importância para o mercado argentino foi o aumento das ferrovias que permitiu a chegada de mercadorias do exterior e fazia também a ligação dos centros urbanos com o restante do país.

Segundo Schvarzer (1996), a construção ferroviária avançou em uma razão de mil quilômetros por ano, até cobrir a maior parte do território nacional. Nem todas as empresas ferroviárias agiam da mesma forma. Schvarzer (1996, p.80) explica como era dissipado o capital:

Se construían más líneas que las necesarias (por razones de control del transporte o de especulación con la tierra); se invertía más por kilómetro de línea que lo correcto (para satisfacer a los proveedores), y se declaraba aún más en los valores contables (a beneficio de los inversores financieros).⁶

Todo o valor acumulado ilegalmente com as operações férreas explica o grande lucro que seguiu para o exterior nas décadas seguintes, interferindo nas possibilidades de acumular capital e equilibrar as contas externas nacionais. Ainda de acordo com Schvarzer (1996), a expansão do sistema se deu de forma tão veloz que ninguém conseguia perceber nem ao menos se preocupar pelo fato de que os

⁶ Construían-se mais linhas que o necessário (por razões de controle do transporte ou de especulação com a terra); investia-se mais por quilômetro de linha que o correto (para satisfazer aos provedores), e ainda mais era declarado nos valores contábeis (em benefício dos investidores financeiros).

equipamentos técnicos utilizados eram cada vez mais atrasados. Quando comparados com os equipamentos dos EUA, os utilitários britânicos eram bem inferiores e atrasados.

O mesmo autor explica que as altas taxas de lucro das atividades básicas limitavam as possibilidades de investimento no setor industrial. Os empresários não ficavam indiferentes quando deparados com possibilidades alternativas⁷ e quando analisavam os benefícios derivados de uma operação de fabricação. Por isso, muitas empresas somente podiam encarar o negócio quando se era oferecido lucros consideráveis. Assim, em mercados do tipo monopólio garantiam bons resultados os quais eram difíceis obtê-los em outras condições. Este fato explica boa parte das implementações de fábricas registradas nas últimas décadas do século XX nasceram já grandes, baseadas em setores protegidos, beneficiadas por causas naturais ou por medidas oficiais. Grande parte das empresas privilegiadas e protagonistas do auge fabril se localizavam em Buenos Aires.

Empresas que foram protagonistas do auge industrial incluíam importantes frigoríficos e grandes estabelecimentos urbanos. O progresso também integrava dois núcleos específicos que se consolidaram no interior da Argentina e impactaram fortemente em suas áreas de atuação, são eles: os engenhos de açúcar e as adegas em Mendoza. Ao mesmo tempo surgiam os primeiros sintomas do desenvolvimento industrial em cidades do interior, como Córdoba e Rosário, onde se formavam núcleos principiantes, com algumas exceções eram oficinas com um papel limitado na atividade de fabricação nacional. A evolução de cada um desses grupos industriais permitia a formação da nova sociedade argentina em uma época transformadora.

De acordo com Hora (2010), entre 1880 e 1914 o valor agregado da produção manufatureira cresceu cerca de quinze vezes. Em 1914 a contribuição da indústria ao produto bruto total era equivalente à da agricultura ou da agropecuária consideradas separadamente. A agricultura e a indústria partiram de uma base muito baixa, e cresceram de maneira sustentada ao longo do período. Entre 1880 e 1913, a indústria cresceu a uma taxa maior que 9% anual, somente foi superada pela agricultura que se expandiu por ano em 11%. Nas vésperas da Primeira Guerra

⁷ Essas possibilidades alternativas são conhecidas pelos economistas como “custo de oportunidade”.

Mundial a Argentina continuava dependendo do dinamismo de seu setor rural, porém já era o país de maior desenvolvimento industrial da América Latina.

Schvarzer (1996) explica que todo o negócio dos frigoríficos foi dominado por um grupo de grandes empresas, em um curto espaço de tempo. Os sucessivos governos argentinos estimularam a instalação de frigoríficos com a redução de impostos inclusive ofertando subsídios. Esse interesse por parte do governo se deu de forma tão intensa que não estabeleceu, em troca, condições sobre a origem do capital, nem imaginou critérios de defesa do produtor local. O desenvolvimento do sistema dependia da melhora da oferta de gado, assim como mudanças técnicas e operacionais no transporte naval e no mercado consumidor britânico (como a instalação de equipamentos de refrigeração e armazenamento), estes fatores limitaram o ritmo de sua inserção.

A evolução das exportações agropecuárias marca a importância e a profundidade das transformações produtivas. Conforme Hora (2010), entre 1880 e 1914, o valor das vendas argentinas ao exterior se multiplicou cerca de nove vezes. Esta expansão foi resultado do incremento das exportações de produtos pecuários e, de forma mais decisiva, do excepcional aumento das vendas de grãos. No início da década de 1910, estas vendas representavam cerca de 60% das vendas de exportação. Para a Argentina que exportava mais de 50% de sua produção de trigo, quase dois terços da colheita de milho e mais de 80% de seu linho, se transformou no terceiro exportador mundial de grãos.

O crescimento das exportações de gado e a ascensão espetacular nas vendas de grãos, permitiu a Argentina contar com uma estrutura exportadora bastante diversificada, a qual nenhum produto superava 25% do valor total das vendas ao exterior. Hora (2010) destaca também que neste mesmo período houve um crescimento intenso da demanda interna: os saldos exportáveis de bens como a carne e os cereais experimentaram a pressão de uma população que não somente triplicou sua receita per capita, mas que cresceu três vezes entre 1810 e 1914.

3 PERÍODO 1912-1930

3.1. As tensões sociais do crescimento, a reforma eleitoral e os governos radicais

A Argentina se transformou em um Estado moderno de forma rápida devido a seu processo de unificação econômica e política, em meados do século XIX. Integrando-se ao mercado internacional de forma clássica, importava capitais, mão-de-obra, manufaturas e exportava matérias-primas. O objetivo de modernizar o país incluía o povoamento de todo o território argentino. Com a ajuda da imigração europeia que vinha em massa, muitos governos pensaram na possibilidade de colonizar as terras que ainda não estavam sitiadas e em paralelo, obter a mão-de-obra necessária para a exploração capitalista das mesmas.

A mão-de-obra necessária para o processo de modernização era insuficiente, por isso fez-se indispensável à utilização da mão-de-obra estrangeira. Segundo Bilsky (1987) esta foi uma das razões pela qual as primeiras organizações antecessoras do movimento dos trabalhadores argentinos se conformaram com artesãos e trabalhadores de origem migratória. Estas organizações se localizavam nas cidades do litoral, particularmente em Buenos Aires, que já era nessa época a principal concentração urbana do país.

Na tabela 8, Hora (2010) analisa o crescimento demográfico das províncias argentinas. É nítido o contraste entre o dinamismo demográfico (também econômico em geral) da Argentina atlântica e o mais vagaroso do interior, o antigo núcleo da colonização espanhola na região ainda não havia superado o das províncias litorâneas. No entanto, havia uma taxa de crescimento demográfica média de 1,6% ao ano, supondo uma perda de peso relativo diante das expansivas províncias litorâneas. Devido à migração atlântica, a população dos distritos do litoral cresceu cerca de 2,5 vezes mais rápido.

Em 1880 a população das províncias litorâneas já superava o número de indivíduos que habitavam nos distritos do interior por uma margem de 1,3 a 1. Neste mesmo período, Hora (2010) afirma que a cidade de Buenos Aires apresentava a maior taxa de crescimento. Em seguida, com uma taxa bem aproximada, Santa Fe e logo Buenos Aires. No interior, apenas Tucumán, Mendoza e Córdoba mostravam

taxas demográficas similares as mais baixas, comparadas com as províncias litorâneas, grande parte deve-se à contribuição da migração de províncias vizinhas.

Tabela 8 – Crescimento demográfico das províncias argentinas⁸

Distrito	1869	1880⁹	Aumento anual
Buenos Aires (cidade)	177.787	312.421	5,2%
Buenos Aires	317.320	505.092	4,3%
Santa Fe	89.117	153.982	5,1%
Entre Ríos	134.271	185.863	3,0%
Corrientes	129.023	167.365	2,4%
Total litoral	847.518	1.324.723	4,1%
Córdoba	210.508	264.577	2,1%
San Luis	53.294	63.460	1,6%
Santiago del Estero	132.898	144.282	0,7%
Mendoza	65.413	83.101	2,2%
San Juan	60.319	69.533	1,3%
La Rioja	48.746	56.794	1,4%
Catamarca	79.962	83.999	0,4%
Tucumán	108.953	145.817	2,7%
Salta	88.933	100.305	1,1%
Jujuy	40.379	44.077	0,8%
Total interior	889.405	1.055.945	1,6%

Fonte: Censo Nacional apud HORA (2010).

Segundo Bilsky (1987), a partir de 1880 a entrada do capitalismo no país se acelerou, impulsionada pela massiva influência de investimentos estrangeiros. Dessa forma, deu-se início ao ciclo de exploração de grãos e paralelamente houve uma expansão das atividades pecuárias. Fato este relevante pois ocorreu a expansão das novas relações sociais de produção e a formação da mão-de-obra assalariada. O autor explica ainda que o capital investido não foi distribuído de forma homogênea, mas sim fomentou um crescimento desigual das diferentes atividades e das regiões do país. Positivamente estruturou as bases de um Estado moderno, contrastando ainda mais as diferenças regionais e as desigualdades econômica, gerando tensões que deveriam ser resolvidas pelo próprio Estado através de uma unificação nacional.

⁸ Segundo Hora (2010) a tabela não inclui a população que habita no que mais tarde se denominará Territórios Nacionais.

⁹ Os dados para 1880 são uma estimação a partir das razões geométricas do crescimento observadas entre 1869 e 1895.

Os imigrantes que chegavam no país encontravam alguns contratempos, dentre eles as difíceis condições laborais e a obtenção de terras. Esta última fez com que houvesse uma rápida urbanização no país pois havia uma desigualdade regional que atraía os estrangeiros e os capitais para o litoral. Segundo Bilsky (1987), as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes foram um dos fatores determinantes que influenciaram na formação da classe operária, formada também pela massa de estrangeiros, que foi se desenvolvendo ao longo da metade do século XIX e seguiu até as primeiras décadas do século seguinte.

O período de 1912 a 1930 se inicia com um fato marcante no mecanismo eleitoral, que é a chamada *Ley Sáenz Peña*.¹⁰ Esta estabeleceu o sufrágio universal, secreto e obrigatório através de um padrão eleitoral¹¹ colocando por primeira vez os limites das decisões políticas e poder em mão popular. Esta lei encerra um longo período onde grande parte da população esteve ausente das decisões nacionais e abre espaço para a força política nascida nas lutas da década de noventa, nas revoluções de 1893 e na revolução de 1905: o radicalismo, segundo afirma Moreno (1989) em um de seus trabalhos.

O Radicalismo foi um movimento essencialmente popular, e recebeu apoio não somente do setor agrário, pecuário, médio e pequenos proprietários, arrendatários e peões rurais, mas também trabalhadores e classe média urbana. Desde que se iniciou o radicalismo foi consolidando em todo o território argentino sua força, até que em 1916 por uma estreita margem Hipólito Yrigoyen venceu como presidente da República. Este fato marcou a história do país por ser a primeira vez que o mais alto cargo nacional é ocupado seguindo a vontade de grande parte da população.

A política do Estado durante todo o período de 1912 a 1930 pode ser considerada como uma busca constante do equilíbrio social e econômico entre os distintos setores sociais, tentando de ajudar aos menos favorecidos economicamente. Em seu trabalho, Moreno (1989, p.227) aborda uma característica

¹⁰ A Lei nº 8.871 Geral de Eleições sancionada pelo Congresso argentino em 10 de fevereiro de 1912 é conhecida como Lei Sáenz Peña. Esta foi sancionada durante a presidência de Roque Sáenz Peña, membro da ala modernista do governante do Partido Autonomista Nacional e impulsor da lei, daí surge seu nome popular.

¹¹ Vale ressaltar que o voto feminino somente foi garantido durante o primeiro governo de Juan Domingo Perón, em 1947. O termo “voto universal” da lei Sáenz Peña incluía apenas os homens argentinos nativos, não pardos e de certo status.

relevante do período radical: Sin embargo, los elementos distintivos del período radical debemos buscarlo en el plano social y político, no en el económico¹²

De acordo com Rofman e Romero (1973), o radicalismo não se propôs nunca, nem na prática política e muito menos em seu programa, modificar os parâmetros fundamentais da Argentina exportadora. Sua ação de governo foi respeitar aos interesses agropecuários, dessa forma não se modificou o latifúndio nem se debilitou o poder dos frigoríficos, muito menos houve algum tipo de política de promoção industrial. Tendo em vista que durante a Primeira Guerra Mundial surgiram algumas condições favoráveis para este tipo de promoção, porém não foram aproveitadas.

Os mesmos autores afirmam que o radicalismo reunia, em equilíbrio instável e delicado, a grupos da oligarquia que faziam parte da elite dirigente e também a setores médios. Durante o governo de Marcelo Torcuato de Alvear esse equilíbrio foi rompido. Se retrocedia nos aspectos políticos que haviam avançado durante o primeiro governo radical. Surgiu assim no governo, uma tendência antiyrigoyenista, de caráter fortemente oligárquico. Nos últimos anos aparentava que o yrigoyenismo evoluía em suas declarações de princípios para uma posição mais avançada; porém de todas as formas se manteve os fatos dentro dos parâmetros tradicionais. Somente com a quebra do sistema internacional em 1930 levou esse sistema político à uma crise definitiva e à restauração da oligarquia.

3.2 O cenário externo

Um fato de grande relevância para a economia internacional foi a Primeira Guerra Mundial e o Pós-Guerra. De acordo com Rock (1975) na Argentina, quando Yrigoyen chegou à presidência em 1916 o país estava vivendo uma agonia de uma séria depressão econômica que foi iniciada em 1913 com a repentina interrupção dos investimentos estrangeiros. Estes estavam vinculados também à crise financeira que acontecia na Europa, desencadeada pela Guerra dos Balcãs.

Nessa mesma época o cenário na agricultura argentina já não estava favorável. A colheita fracassou e diminuiu o volume do comércio exterior. O estalo

¹² De acordo com Moreno (1989), os elementos característicos do período radical devem ser buscados no plano social e político, não no plano econômico. Isso se deve ao fato que o campo econômico, dentre o campo social e político foi o mais desamparado em inovações no período radical.

da guerra em agosto de 1914 aprofundou a depressão: os investimentos estrangeiros encerraram por completo, houve uma queda no valor das terras além de uma escassez da capacidade de embarque nos portos. Segundo Rock (1975) a balança de pagamentos só pôde se manter em equilíbrio devido à redução na quantidade de importações. Este cenário com baixa nas importações persistiu durante a Grande Guerra e no período Pós- Guerra, enquanto a Grã- Bretanha e outros países europeus dedicavam seus recursos à produção bélica. Somente após 1917 a Argentina finalmente pôde recuperar seu comércio de exportação e dessa forma, aumentar a demanda de alimentos por parte das tropas aliadas.

A Argentina não era uma “economia aberta” (no sentido de ser aberta à concorrência internacional e tomadora dos melhores preços da oferta), segundo Schvarzer (1996), mas sim uma economia organizada por inúmeros trustes¹³ ligados principalmente à metrópole britânica. Junto a estes, operavam outros que seguiam aos Estados Unidos, e outros ainda, em menor escala, a pequenas potências europeias. Dessa forma, os fluxos comerciais e financeiros ficavam submetidos aos interesses dos grandes grupos, como explica o autor em seu trabalho (Schvarzer, 1996, p.147):

Esos mercados controlados dejaban poco espacio para un desarrollo diferente, las alternativas se reducían en la medida en que el Estado nacional no tenía la capacidad técnica, audacia o la independencia de criterio para orientar de otra manera la evolución local. La industria, la existente, podía convivir con el sistema porque no pedía, ni ofrecía, nada diferente a ese auge derivado de un suelo fértil cuya riqueza natural desalentaba toda intención de aplicar el ingenio humano.¹⁴

De acordo com Smith (1967), desde a fundação da República, a Argentina manteve tradicionalmente uma política de portas abertas. Todos os seus tratados comerciais, começando pelo pacto anglo-argentino de 1825, incluía uma cláusula de “nação mais favorecida”. A política oficial foi baseada, durante muito tempo, na

¹³ Fusão de várias empresas de modo a formar um monopólio com o intuito de dominar determinada oferta de produtos e/ou serviços. Pode-se definir truste também como uma organização empresarial de grande poder de pressão no mercado.

¹⁴ Schvarzer (1996) explica que os mercados controlados quase não davam espaço para um desenvolvimento diferente; as alternativas se reduziam à medida que o Estado nacional não tinha a capacidade técnica, a audácia ou a independência de critério para orientar de outra forma a evolução local. A indústria, a existente, podia conviver com o sistema porque não pedia, nem oferecia, nada diferente desse auge que derivava de um solo fértil cuja riqueza natural desalentava toda intenção de aplicar o engenho humano.

liberdade de comércio. Enquanto que a exportação foi a atividade econômica mais importante do país, as barreiras alfandegárias nunca foram particularmente altas. Em geral, a Argentina esteve sempre pronta para comercializar independente com quem, qual ocasião e onde fosse.

Jorge (1973) explica que os movimentos internacionais de capitais estão intimamente associados ao comércio exterior. Isto deixa claro que os países investidores direcionam seus capitais aos países com os quais mantem um comércio mais intenso. A tabela 9 mostra como a Argentina ganha destaque e importância nos investimentos do principal país exportador de capital segundo o trabalho de Hora (2010).

Tabela 9 – Principais destinos de investimentos britânicos na América Latina

País	1865	1875	1885	1895	1905	1913
Argentina	2,7	22,6	46,0	190,9	253,6	479,8
Brasil	20,3	30,9	47,6	93,0	124,4	254,8
México	25,6	28,4	40,8	93,6	119,5	132,1
Chile	3,2	10,0	10,1	32,4	42,1	76,1
Uruguai	1,1	6,2	16,0	33,6	39,2	47,3
Peru	3,9	36,2	36,6	22,3	22,5	29,7
Total América Latina	80,9	174,6	250,5	552,5	688,5	1179,5

Fonte: Rory Miller, *Britain and Latin America in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, Londres, Longman, 1993, p. 122 apud Hora (2010).

Conforme Jorge (1973), quando os países dominantes são fortes importadores de produtos de um país dependente, os investimentos nesse mesmo país tem duplo objetivo econômico e político de assegurar a fonte de fornecimento ao invés de compensar as despesas com divisas que ocasionam as importações com os ganhos obtidos pela elaboração e comercialização. No caso de um país dominante que é forte exportador para um país dependente, o investimento parcial das utilidades que lhe deixa esse comércio no mesmo país assegura o mercado de exportação e fomenta sua expansão na mesma direção. Como exemplo do primeiro caso, o autor cita as relações tradicionais da Argentina com a Grã-Bretanha, e para ilustrar o segundo caso, as relações Argentina- Estados Unidos.

Hora (2010) afirma que quando o ciclo de investimentos se encerrou abruptamente com a Primeira Guerra Mundial, o investimento externo cresceu mais de vinte vezes, o qual transformou a Argentina em principal receptora de capital

externo da América Latina - superando amplamente países maiores e mais povoados, como México e Brasil. A contribuição do investimento externo ao desenvolvimento do capital social básico foi crucial. Em 1914, o estoque de capital estrangeiro – investido diretamente ou através de empréstimo ao setor público – equivalia a metade do capital fixo total existente no país. Sem esta enorme injeção de recursos externos, o ritmo de crescimento da economia argentina teria sido muito mais pausado.

3.3 A desaceleração do crescimento econômico argentino

A eclosão da Grande Guerra trouxe uma violenta alteração na economia mundial que tanto havia favorecido a Argentina. O conflito marcou o fim de uma fase secular de crescimento que, com todas as suas limitações, tornou possível um sensível progresso econômico e social. A partir desse momento, cada passo adiante resultava mais lento e trabalhoso. Segundo Hora (2010) uma vez terminada a Primeira Guerra, a expansão argentina recomeçou, porém a partir daquele momento o país encontrou cada vez mais dificuldades para igualar os formidáveis êxitos do século anterior. Até certo ponto isso era inevitável. A incorporação de novas terras para produção foi finalizada na década de noventa findando dessa forma uma época na história econômica do país.

Hora (2010, p.263) em seu trabalho cita o principal fator na desaceleração do crescimento argentino:

El cierre de la frontera fue el principal factor en la inevitable desaceleración de un largo ciclo de crecimiento, cuyo carácter excepcional dependía más de las ventajas naturales del suelo de la pampa que del talento y la capacidad productiva de los trabajadores y empresarios argentinos.¹⁵

O esgotamento da reserva de terras livres limitou as possibilidades de expansão do setor agropecuário, mais precisamente quando a economia internacional se tornava mais hostil para os países exportadores de produtos primários. Como resultado, a capacidade do setor rural para funcionar como motor

¹⁵ O fechamento da fronteira foi o fator principal na inevitável desaceleração de um longo ciclo de crescimento, cujo caráter excepcional dependia mais das vantagens naturais do solo da região do Pampa que do talento e da capacidade produtiva dos trabalhadores e empresários argentinos.

do crescimento do conjunto da economia se viu severamente afetada, segundo Hora (2010).

Lenz (2000) argumenta que houve uma modificação no cenário externo fazendo com que cessasse a entrada de imigrantes e de capitais no país, na segunda década do século XX. Paralelo a isso, a Argentina já mostrava traços de plenitude no aproveitamento de capital e mão-de-obra procedente do exterior. Além disso, haviam barreiras para modificar seu modelo agroexportador de matérias-primas. Este concedeu ao país uma posição de destaque no cenário internacional. A autora afirma também que ao invés de um continuado crescimento econômico e social, a Argentina iniciou um processo de diminuição do seu potencial, seguido de instabilidade política, econômica e social.

Segundo Hora (2010), a perda de dinamismo e de peso relativo do setor rural de exportação obrigou a Argentina a aprofundar seu desenvolvimento, cada vez mais, sobre a expansão dos setores de atividades voltados para o mercado interno, que até então apresentavam um crescimento impulsionado pelo auge exportador, mas sempre eram menos dinâmicos e eficientes. Dessa forma, outros fatores de desenvolvimento começaram a adquirir maior relevância, questões como a escala do mercado interno, o tamanho e a eficiência do mercado de capitais, a abundância e o custo relativo dos recursos minerais e energéticos, o peso das habilidades e capacidades tecnológicas dos empresários e trabalhadores tiveram maior importância como tópicos do desenvolvimento.

Em 1914, as dificuldades trouxeram o limite da expansão horizontal para a agricultura extensiva de grão de forragem somada aos efeitos da Primeira Guerra Mundial além dos próprios inconvenientes do conflito. De acordo com Girbal- Blacha (2011), a Guerra que deteriora o volume e o valor das importações com benefícios que não foram buscados para a balança comercial argentina, acentua um nascente processo de industrialização por substituição de importações, ao mesmo tempo afeta outras questões de ordem interna e obriga o Estado a adotar medidas de emergência. Tais medidas foram: mudança cambial e bancária (agosto de 1914), adiamento do prazo para o pagamento da dívida interna por 30 dias, a suspensão da lei de conversão, a proibição de exportar ouro e a adequação ao adiamento do prazo para o pagamento da dívida internacional. Apenas o recurso de industrialização por

substituição de importações que foi promovido após a Segunda Guerra Mundial na Argentina, não foi suficiente para mudar o perfil agroindustrial do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo agroexportador argentino marcou o período *La Belle Époque*. Esse modelo foi caracterizado por um crescimento na produção, na malha ferroviária, na extensão territorial e na imigração. Com o aumento das exportações de matérias-primas, a Argentina conseguiu um lugar de destaque no cenário mundial. Todas condições eram favoráveis para o desenvolvimento econômico argentino. Os fatores necessários estavam disponíveis e a Argentina soube utilizá-los de forma eficaz sendo produtiva e se destacando a nível mundial. A classe dirigente muito contribuiu para os resultados do modelo agroexportador, aproveitando a oportunidade na exploração dos recursos naturais argentinos.

Um dos fatores de destaque para a fase de grande desenvolvimento do modelo foram os investimentos estrangeiros, em especial, os britânicos. Sem estes, a Argentina não conseguiria manter seu nível de desenvolvimento econômico, sobretudo o nível de seu PIB em constante crescimento. Foi através dos investimentos estrangeiros que se deu a malha ferroviária, favorecendo a ocupação territorial e o crescimento do país. A dívida externa argentina foi crescendo aos poucos, somados aos juros e encargos que mais tarde repercutiram negativamente na economia do país.

Alguns autores defendem a ideia de que com a crise bancária de 1890 a Argentina encerra sua etapa de prosperidade econômica. Há ainda quem diga que foi com a Crise de 1929 que a etapa de crescimento se termina, e ainda alguns autores defendem que *La Belle Époque* foi encerrada com a Grande Guerra. Não há um consenso quanto ao exato declínio do modelo agroexportador, porém todos se entendem quanto ao início do período de desenvolvimento.

Com a Primeira Grande Guerra, a Inglaterra saiu abalada e retrocedeu parte de seu investimento sobre a Argentina, gerando déficit na balança de pagamentos e aparentando cessar a incrível época de crescimento econômico, conforme Bértudez (2009). Apesar do déficit, ao final da Primeira Guerra, houve uma queda nas importações, porém um aumento nas exportações por parte dos países afetados pelo conflito. Contudo, as condições excepcionais que antes eram favoráveis para o

modelo de exportação foram perdendo constância, tornando a economia argentina não só menos dinâmica, mas também mais conflitiva.

Com o fim das imigrações em massa e o capital externo no país, a Argentina já apresentava os sintomas de saturação para continuar com o modelo econômico agroexportador e mesmo em busca de novos rumos para a sua economia, através da substituição de importação ou substituindo a economia primária exportadora, já não era satisfatório como antes. O Estado desenvolveu poucos instrumentos inovadores que lhe permitiam regular os mercados, construir um regime fiscal mais equilibrado e sólido, melhorar as relações trabalhistas, promover a acumulação de capital ou impulsionar o desenvolvimento nas regiões mais periféricas do país. O papel do Estado na economia e na sociedade argentina se estancou durante o período de prosperidade, não parecendo se preocupar com essa vedação institucional. Apenas com o fim da Primeira Guerra a Argentina se mostrou capaz para regular e orientar a economia, contando com instrumentos para retornar as forças de mercado.

Uma das dificuldades enfrentadas pela Argentina com o fim do seu modelo foi o fato de ser uma sociedade bastante complicada e misturada, regiões atrasadas e modernas coexistindo. Além disso, a barreira com a rigidez da infraestrutura anterior também impediu a total modificação de sua estrutura econômica. Com a substituição de importações e a proteção econômica a Argentina alterou seu trajeto alterando em fases de crises e de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BALAN, J. Una cuestión regional en Argentina: Burguesías provinciales y el mercado nacional en el desarrollo agroexportador. **Desarrollo Económico**, v. 18, n. 69, p. 48-87, abr-jun 1978.

BERMÚDEZ, A. J. **O desenvolvimento econômico argentino e o impacto do período entre guerras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/25347>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BILSKY, E. J. **Esbozo de historia del movimiento obrero argentino**: desde sus orígenes hasta el advenimiento del peronismo. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1987.

CASTRO, S. D. D. **Argentina**: a construção interrompida. 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CORTÉS-CONDE, R. **La economía argentina en el largo plazo**: ensayos de historia económica de los siglos XIX y XX. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.

CORTÉS-CONDE, R. O crescimento da Economia Argentina, 1870-1914. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, v. V, 2002. Cap. 9, p. 475-508.

CUNHA, G. H. D. M. Brasil, **Argentina e México**: os três reis da América Latina, 1870-1913, Brasília, 2012.

CUNHA, G. H. D. M.; JUNIOR, R. D. G. E. Ensaio sobre a economia Argentina no século XIX. **Hegemonia**, Brasília, v. 13, p. 1-35, 2014.

CUNHA, G. H. M.; SOUZA JUNIOR, C. V. N. ; PAIVA, M. S. ; SILVA, A. S. S. F. E. Uma análise histórica da formação da sociedade argentina e sua economia: 1870 a 1914. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 1, p. 1-20, 2016.

CUNHA, G. H. M.; ELLERY JUNIOR, R. G. Ensaio sobre a economia Argentina no século XIX. **Hegemonia**, Brasília, v. 13, p. 1-35, 2014.

CUNHA, G. H. M.; ELLERY JUNIOR, R. G. . Ensaio sobre as Transformações Econômicas da América Latina entre 1800 a 1870: do final do período colonial a consolidação política das novas economias. **Hegemonia**, Brasília, v. 17, p. 4-28, 2016.

DÍAZ-ALEJANDRO, C. F. A América Latina em depressão: 1929/39. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. X, n. 2, p. 351-382, ago. 1980.

DÍAZ-ALEJANDRO, C. F. **Ensayos sobre la historia económica argentina**. Buenos Aires: Amorrortou editores, 2001.

FERNS, H. S. **The Argentine Republic 1516-1971**. Grã-Bretanha: Latimer Trend & Company Ltd Plymouth, 1973.

FERRARI, A.; CUNHA, A. M. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 17, n. 2, p. 47-80, ago. 2008.

FERRER, A. Los ciclos economicos en la Argentina: del modelo primario exportador al sistema de hegemonía financiera. **America Latina hoy**, Buenos Aires, v. 11, n. 12, p. 12, 1995.

FLORIA, P. N. El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur. **Revista Complutense de Historia de América**, Neuquén, Argentina, v. 28, p. 139-168, 2002.

FRONTOMS, G. La economía argentina durante el ciclo de la lana. **Invenio**, Rosário, v. 22, p. 61-66, jun. 2009.

GALLO, E. A Argentina: sociedade e política, 1880-1916. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, v. V, 2002. Cap. 10, p. 509-542.

GALLO, E.; BOTANA, N. R. **De la República posible a la República verdadera (1810-1910)**. Argentina: Espasa Calpe, 1997.

GERCHUNOFF, P.; LLACH, L. Equality or growth: a 20th century argentine dilemma. **Revista de Historia Económica/Journal of Iberian and Latin American Economic History (Second Series)**, v. 27, n. 3, p. 397-426, 2009.

GIRBAL-BLACHA, N. La Argentina agro-exportadora y el desequilibrio regional 1880-1930, **Quilmes**, set. 2011.

HORA, R. **Historia económica de la Argentina**: en el siglo XIX. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2010.

HORA, R. La Elite Económica Argentina, 1810-1914. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 52, p. 27-46, dez 2014.

JORGE, E. **Industria y concentración económica**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 1973.

LENZ, M. H. A ligação especial da Argentina com a Grã-Bretanha no final do século XIX. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. CONSERVATÓRIA, 6., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

LENZ, M. H. Auge e Início do Declínio da Economia Argentina. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 33, p. 121-141, 2000.

LENZ, M. H. **Crescimento Econômico e Crise Na Argentina de 1870 a 1930: A Belle Époque** (mimeo), 2001.

LENZ, M. H. Crise e negociações na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto. **Economia e Sociedad**, v. 15, p. 375-399, 2006.

LENZ, M. H. Investimento estrangeiro e fluxo imigratório: duas âncoras do crescimento da economia argentina no século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, jun 2009.

MORENO, J. L. Incorporación de la Argentina al mercado mundial (1880-1930). In: ANSALDI, W.; MORENO, J. L. **Estado y sociedad en el pensamiento nacional**: antología conceptual para el análisis comparado. Buenos Aires: Cántaro, 1989. p. 215-231.

RAPOPORT, M. **Historia económica, política y social de la Argentina**: 1880-2000. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.

ROCK, D. A Argentina de 1914 a 1930. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, v. V, 2002. Cap. 11, p. 543-607.

ROCK, D. **El radicalismo argentino, 1890-1930**. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

ROFMAN, A. B.; ROMERO, L. A. **Sistema socioeconómico y estructura regional en la Argentina**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1973. 97-139 p.

SCHVARZER, J. **La industria que supimos conseguir**: Una historia político-social de la industria argentina. Buenos Aires: Planeta, 1996.

SMITH, P. Los radicales argentinos y la defensa de los intereses ganaderos 1916-1930. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 7, n. 25, p. 795-829, abr./jun. 1967.

TAYLOR, A. M. Tres fases del crecimiento económico argentino. **Revista de Historia Económica**/Journal of Iberian and Latin American Economic History (Second Series), v. 12, n. 3, p. 649-683, 1994.